

CONTRATO Nº 03/2016

Tomada de Preços n.º 07/2015

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS E FORTPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 819860/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

Pelo presente instrumento particular o **MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS**, com sede à Rua Siqueira Campos, n.º S-64, CNPJ n.º 46.189.718/0001-79, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por **Daniel Pereira de Camargo**, Prefeito Municipal, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 33.702.965-9 e inscrito no CPF sob n.º 299.603.038-96, residente e domiciliado nesta cidade de Pederneiras -SP e **FORTPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. /MF sob n.º 00.637.923/0001-59, e Inscrição Estadual sob n.º 515.021.290.119, estabelecida na Via de Acesso Pedro Lopes Torres, s/n - km 01 - Bairro Macuco, Pederneiras/SP, representada neste ato por seu procurador **Natanael Silvestre**, brasileiro, separado, Diretor, portador do RG n.º 22.084.591/SSP-SP e inscrito no CPF sob n.º 108.959.798-37, residente e domiciliado à Rua Galvão de Castro, n.º 13-40 - Residencial Monte Castelo, na cidade de Bauru/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do resultado da Tomada de Preços n.º 07/2015, têm entre si justa e acordada celebração do presente contrato mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - OBJETO

1.1 – A **CONTRATADA** neste ato e por este instrumento, compromete-se a executar as obras de recapeamento asfáltico com pré misturado a quente em aproximadamente 16.838,38 m² de área em diversas ruas do Núcleo Habitacional Leonor Mendes de Barros – Pederneiras/SP, com o fornecimento de toda a mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários, conforme Anexos I, II, III e IV do Edital de Tomada de Preços n.º 07/2015 e Contrato de Repasse n.º 819860/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

1.2 – A **CONTRATADA** deverá apresentar, concomitantemente, à execução das obras, a taxa de pintura para a imprimação ligante e os ensaios de teor de betume (5,4 a 6,0 % de acordo com o projeto), granulometria, controle de temperatura e de espessura da capa asfáltica, para a execução da Camada de Rolamento.

2 - DO PRAZO

2.1 - As obras ora contratadas deverão ser executadas no prazo máximo de 03 (três) meses a contar da emissão da Ordem de Serviços.

2.2 - O prazo de que trata esta cláusula poderá ser revisto nas hipóteses e formas que alude o artigo 57, parágrafo 1º, da lei n.º 8.666/93.

2.3 – No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

2.3.1 - Cópia autenticada do comprovante de recolhimento junto ao CREA, da ART do responsável pela execução das obras e;

2.3.2 - Declaração informando o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa.

3 - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O **CONTRATANTE** compromete-se a pagar à **CONTRATADA** a importância fixa e irrevogável de R\$

333.335,02 (trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e dois centavos), conforme Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação da fatura correspondente aos serviços prestados, juntamente com o relatório de medição e mapa das ruas apresentado pelo Secretário de Infraestrutura e Obras da Prefeitura Municipal, **após o repasse e liberação dos recursos pelo Ministério das Cidades/Caixa.**

3.1.1 – Quando do pagamento da primeira parcela ou fatura a CONTRATADA deverá apresentar as cópias autenticadas dos registros em CTPS de todo o pessoal contratado, **inclusive da empresa subcontratada quando for o caso.**

3.1.2 – As medições da obra executada, serão procedidas pelo Secretário de Infraestrutura e Obras da Prefeitura Municipal.

3.2 – A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra serão elaborados pelo Secretário de Infraestrutura e Obras, quando concluída toda a obra;

3.3 – O Cronograma de Desembolso máximo por período será executado de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros do CONTRATANTE;

3.4 – Por ocasião da apresentação das faturas à Prefeitura, a CONTRATADA deverá juntar em cópias autenticadas, as provas de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como a folha de pagamento com os comprovantes de crédito em favor do pessoal alocado na obra, **inclusive da empresa subcontratada quando for o caso.**

3.5 – O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa da obra;
- b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

3.6 – Além do cumprimento das obrigações constantes deste contrato, para que os pagamentos sejam efetuados, faz-se necessário, ainda, que a CONTRATADA esteja em situação regular perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Fazenda Federal, sendo que as respectivas certidões com prazos de validade em vigência deverão ser apresentadas juntamente com as faturas.

4 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

4.1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% do valor deste contrato.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Fornecer todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários à execução das obras;

5.2 - Obedecer as normas e especificações bem como, na forma da lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT.

5.3 - Comparecer, sempre que solicitada, a Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências, incidindo a **CONTRATADA** no caso de não atendimento desta exigência, nas sanções previstas na Cláusula Sexta.

5.4 - Respeitar todas as normas de execução de obras do Município.

5.5 - Manter no local ou locais das obras, Caderneta de Ocorrências que deverá ficar à disposição da Fiscalização, para anotação de todas as ocorrências da obra.

5.5.1- Geram presunção de pleno e cabal conhecimento, por parte da **CONTRATADA**, todos os termos de qualquer registro que venha a ser feito na Caderneta de Ocorrências.

5.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização nas obras ou nos materiais empregados.

5.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - O controle de qualidade dos serviços e materiais é de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**. O **CONTRATANTE** reserva-se no direito, quando julgar necessário, realizar os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, em laboratórios oficiais ou credenciados nos órgãos oficiais competentes, cujas despesas correrão por conta da **CONTRATADA**, na forma do artigo 75, da Lei n.º 8.666/93.

6 - DAS MULTAS E PENALIDADES

6.1 - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no artigo 87, incisos I, II, III e IV, da Lei 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

6.2 - No caso do inciso II, do artigo 87, da Lei 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeito às seguintes penalidades, garantia a defesa prévia:

6.2.1 - Pelo atraso injustificado na entrega das obras:

6.2.1.1 - Atraso até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

6.2.1.2 - A partir do 30º (trigésimo) dia entende-se como inexecução total da obrigação;

6.2.2 - Pela inexecução parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação;

6.2.3 - Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação.

6.3 - Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à **CONTRATADA**, após a sua imposição.

7 - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

7.1 - O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

8 - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

8.1 - São prerrogativas do **CONTRATANTE** as previstas no artigo 58 da Lei 8.666/93.

9 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 - Os recursos orçamentários para o presente contrato são os seguintes:

9.1.1 – Rubrica 02.21.02 – Diretoria de Conservação de Próprios Municipais – 1545100702283 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 3.3.90.39.00, para o exercício de 2016.

10 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DAS OBRAS

10.1 – Concluída a obra, se estiver em perfeitas condições, atestada pelo **CONTRATANTE**, será recebida pelo Secretário de Infraestrutura e Obras, que lavrará o “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”, dentro de 05 dias da comunicação feita pela **CONTRATADA**.

10.1.1. – O “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO” somente será lavrado se todos os serviços da obra estiverem concluídos e aceitos pela **CONTRATANTE** e quando em contrário, será lavrado “TERMO DE NÃO RECEBIMENTO”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a **CONTRATADA**, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

10.2 – Decorridos 15 (quinze) dias do “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, o **CONTRATANTE** lavrará o “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

10.3 – A **CONTRATADA** fica obrigada, pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar às suas custas, qualquer defeito quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

10.4 – Os TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e DEFINITIVO não eximirão a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes do Contrato e da legislação em vigor.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - O presente contrato está vinculado à Tomada de Preços n.º 07/2015 e seus anexos, à proposta da **CONTRATADA** e à Lei 8.666/93.

11.2 - A direção dos serviços contratados cabe exclusivamente à **CONTRATADA**, que se obriga a obedecer as normas e especificações da ABNT e indicações neste contrato.

11.3 - Todos os encargos Tributários, Sociais e Trabalhistas decorrentes da execução deste Contrato serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

11.4 – A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar partes das obras e serviços com a prévia concordância do **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante ao **CONTRATANTE**, pelas obras, serviços ou instalações executados pela subcontratada e, ainda, pelas conseqüências dos fatos e atos a ela imputáveis, nos termos do artigo 72, da Lei nº 8.666/93.

11.5 – No caso do subitem anterior, a **CONTRATADA** deverá formalizar o pedido com as devidas justificativas da necessidade da subcontratação.

11.6 – Somente serão aceitas subcontratações de microempresas ou empresas de pequeno porte, as quais deverão apresentar toda a documentação relativa à Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista, constantes dos itens 2.1.1 e 2.1.2 do Edital de Tomada de Preços nº 07/2015, juntamente com o instrumento de contrato de subempreitada das obras.

11.7 – Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticados em Cartório ou publicados em órgão de imprensa oficial, ou ainda, por servidor do CONTRATANTE, quando apresentados juntamente com o original.

11.8 – A **CONTRATADA** deverá manter como preposto para representa-la na execução deste contrato o senhor **NATANAEL SILVESTRE**.

11.9 – O Secretário de Infraestrutura e Obras do Município de Pederneiras, será o responsável pela fiscalização e acompanhamento das obras por parte do **CONTRATANTE**.

12 - FORO

12.1 - A parte que transgredir o presente contrato, deixando de cumpri-lo, responderá perante a outra, por perdas e danos que forem apurados em liquidação. Se houver Procedimento Judicial, a parte faltosa, ainda responderá pelo pagamento de custas e honorários do advogado contratado pela parte fiel.

12.2 - Fica eleito o Fórum desta Comarca de Pederneiras, para dirimir divergências ou causas oriundas do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, digitado em 03 (três) vias de igual teor, assinam-o, juntamente com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram para que surta seus devidos efeitos jurídicos.

Pederneiras, 04 de janeiro de 2016.

ELISEO ALVAREZ NETO
Fortpav Pavimentação e Serviços Ltda

DANIEL PEREIRA DE CAMARGO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

LUIS CARLOS RINALDI
CPF Nº 053.271.248-00

CENDY BIAZUZO RAMOS
CPF Nº 337.528.118-89

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

CONTRATANTE: Município de Pederneiras

CONTRATADA: Fortpav Pavimentação e Serviços Ltda

CONTRATO Nº 03/2016

OBJETO: Contratação das obras de recapeamento asfáltico com pré misturado a quente em aproximadamente 16.838,38 m² de área em diversas ruas do Núcleo Habitacional Leonor Mendes de Barros – Pederneiras/SP, conforme Contrato de Repasse nº 819860/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES; doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Pederneiras, 04 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

Nome: Daniel Pereira de Camargo

Cargo: Prefeito Municipal

E-mail institucional: prefeito@pederneiras.sp.gov.br

E-mail pessoal: camargodp@uol.com.br

Assinatura:

CONTRATADA

Nome: Eliseo Alvarez Neto

Cargo: Sócio-Diretor

E-mail institucional: fortpav@fortpav.com.br

E-mail pessoal: ean@pnfl.com.br

Assinatura: